

LEI Nº 311 / 2004

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Goianá aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A proposta orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2005 que abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e demais disposições aplicáveis à matéria.

Art. 2º Esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2005, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública municipal;
- II - as diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos do Município;
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal;
- IV - as disposições sobre concessão de subvenções sociais, auxílio e contribuição;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI - disposições finais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2005, são aquelas especificadas no Anexo I desta Lei.

§1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, em limites à programação das despesas.

§2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento para o exercício de 2005, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas no Anexo desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades públicas.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O Orçamento para o exercício financeiro de 2005 abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 5º A Lei Orçamentária, na fixação da despesa e estimativa da receita, assegurará a prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, transparência na elaboração e execução do orçamento e modernização na ação governamental.

Art. 6º As previsões de receitas para o exercício de 2005 serão feitas considerando-se o método estatístico dos mínimos quadrados e serão acompanhadas das projeções para os exercícios de 2006 e 2007, bem como de demonstrativo de sua evolução nos três últimos anos, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 7º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até o dia 30 de junho de 2004, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária de 2005, observadas as determinações contidas nesta Lei e na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do prazo disposto no caput deste artigo, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2005, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 8º As emendas ao projeto de lei orçamentária com indicação de recursos provenientes de anulações de dotação, sem prejuízo do art. 166, §3º, da Constituição Federal, não incidirão sobre:

- I – dotações com recursos vinculados;
- II – dotações referentes à contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal para recursos transferidos ao Município;
- III – dotações referentes a obras em andamento;
- IV – dotações destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – dotações destinadas ao serviço da dívida.

Art. 9º A Lei Orçamentária para o exercício de 2005 contemplará autorização ao Executivo municipal para abertura de créditos adicionais.

Art. 10. O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, para o ensino fundamental e a educação infantil, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Município aplicará, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, na forma do disposto no art. 60 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, com a redação da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

Art. 11. A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde, no ano de 2005, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 12. Poderá ser incluída na proposta da Lei Orçamentária, dotação global com o título de “Reserva de Contingência”, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais imprevistos, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal equivalente a, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como riscos e eventos fiscais imprevistos as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais e às necessidades do Poder Público.

Art. 13. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 14. Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2005, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 15. Do orçamento, constará dotação para cumprimento de precatórios judiciais, conforme disposições contidas no art. 100 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 16. Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X, e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido que a Administração direta e indireta, e o Poder Legislativo, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de

carreira, conceder vantagens e revisão geral anual ou reajustar ou aumentar a remuneração dos seus servidores, na forma da lei.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no *caput* deste artigo deverão estar previstos no orçamento ou acrescido por créditos adicionais.

Art. 17. A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 18. A concessão de qualquer vantagem, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pela Administração direta e indireta, e pelo Poder Legislativo, só poderão ser feitas se houver prévia autorização legislativa e dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, obedecido os limites legais e constitucionais

Art. 19. No exercício de 2005, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÃO

Art. 20. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa, conceder ajuda financeira, a título de subvenção social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e esportiva, desde que estejam legalmente constituídas.

§1º. As entidades beneficiadas nos termos deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

§2º Fica vedada a concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do parágrafo anterior, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 21. O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observado as disposições contidas em lei municipal específica.

Art. 22. A Lei Orçamentária conterà dotação para acobertar despesas com mensalidades e/ou contribuições a associações e consórcios municipais que visem ao desenvolvimento municipal ou regional.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 23. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2005, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no que couber.

Art. 24. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 25. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres e previstos recursos na lei orçamentária, visando o desenvolvimento municipal e a melhoria de serviços públicos.

Art. 26. O Município promoverá estudos visando a implantação e o desenvolvimento de sistemas de custo que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 27 . A contratação de operações de crédito para fim específico, dependerá de prévia autorização legislativa, e somente se concretizará se os recursos forem destinados a programa de excepcional interesse público, observado o disposto nos artigos 165 e 167, inciso III, da Constituição Federal e às disposições da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 28. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receitas, observada o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. Se a proposição de lei orçamentária anual não for encaminhada pelo Poder Legislativo, à sanção do Prefeito Municipal, até o dia 31 de dezembro de 2004, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§1º Os eventuais saldos negativos eventualmente apurados em virtude do disposto no *caput* deste artigo serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando com fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2005, o excesso ou provável

excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual deverá conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goianá, 08 de julho de 2004.

Maria Elena Zaidem Lanini
Prefeita de Goianá-MG

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES

01 – LEGISLATIVO – CÂMARA MUNICIPAL

- 01-01 Remuneração do corpo Legislativo e manutenção das atividades da Câmara Municipal.*
- 01-02 Aquisição de Terreno para Construção da Sede do Legislativo Municipal.*

02 – EXECUTIVO – GABINETE E SECRETARIA

- 02-01 Aquisição de equipamentos para o Setor de Gabinete e Secretaria*
- 02-02 Aquisição de veículo para o Gabinete da Prefeita*
- 02-03 Remuneração dos Agentes Políticos e demais Profissionais do Setor de Gabinete e Secretaria*
- 02-04 Pagamento de encargos sobre a remuneração dos Agentes Políticos*
- 02-05 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das atividades do Setor de Gabinete e Secretaria*
- 02-06 Despesas com recepção e hospedagem*

- 02-07 Manutenção de Convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora**
- 02-08 Contribuição a Associação Mineira de Municípios**
- 02-09 Contribuição a Associação Brasileira de Municípios.**
- 02-10 Contribuição ao IBAM.**
- 02-11 Remuneração de funcionários para manutenção das atividades do SIAT no Município**
- 02-12 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das atividades do SIAT no Município**
- 02-13 Remuneração de funcionários para manutenção das atividades da Junta de Serviço Militar neste Município**
- 02-14 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das atividades da Junta de Serviço Militar neste Município**
- 02-15 Despesas com publicação de atos oficiais**
- 02-16 Aquisição de materiais e serviços para manutenção dos trabalhos da Polícia Civil no Município**
- 02-17 Aquisição de materiais e serviços para manutenção dos trabalhos da Polícia Militar no Município**
- 02-18 Contribuição a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna.**
- 02-19 Contribuição ao Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata, Campos das Vertentes e Sul de Minas.**
- 02-20 Contribuição à Associação Circuitos Caminhos Verdes de Minas.**
- 02-21 Contribuições a Confederação Nacional dos Municípios.**

03 – EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- 03-01 Obras de ampliação, reforma e manutenção do prédio da Prefeitura**
- 03-02 Remuneração de funcionários para manutenção do setor de Administração e Finanças**
- 03-03 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do setor de Administração e Finanças**
- 03-04 Aquisição de equipamentos para o setor de Administração e Finanças**
- 03-05 Remuneração de funcionários para manutenção das atividades dos CORREIOS no Município**
- 03-06 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das atividades dos CORREIOS no Município**
- 03-07 Amortização de Dívida com o INSS.**
- 03-08 Manutenção de Convênio com a CREDIMATA.**
- 03-09 Amortização de Dívida com a CEMIG.**

04 – EXECUTIVO – SERVIÇO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

- 04-01 Remuneração de funcionários para manutenção do setor de Esporte, lazer e Turismo**
- 04-02 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do setor de Esporte, Lazer e Turismo**
- 04-03 Construção de quadras de esporte na zona urbana do Município**
- 04-04 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Desporto Amador**
- 04-05 Subvenção às Escolas de Samba do Município**

05 – EXECUTIVO – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO

- 05-01 Remuneração de funcionários para manutenção do setor de Educação**
- 05-02 Pagamento de encargos sobre a remuneração dos funcionários do setor de Educação**
- 05-03 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do setor de Educação**
- 05-04 Remuneração de funcionários para manutenção do Ensino Pré-Escolar**
- 05-05 Pagamento de encargos sobre a remuneração dos funcionários do Ensino Pré-Escolar**
- 05-06 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Ensino Pré-Escolar**
- 05-07 Aquisição de equipamentos para manutenção do Ensino Pré-Escolar**
- 05-08 Obra de Ampliação da Escola Municipal de Goianá**
- 05-09 Remuneração de funcionários para manutenção do Ensino Fundamental**
- 05-10 Pagamento de encargos sobre a remuneração dos funcionários do Ensino Fundamental**
- 05-11 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Ensino Fundamental**
- 05-12 Aquisição de equipamentos para manutenção do Ensino Fundamental**
- 05-13 Remuneração e Capacitação dos Profissionais do Magistério**
- 05-14 Pagamento de encargos sobre a remuneração dos Profissionais do Magistério**
- 05-15 Transferência às Escolas Municipais de recursos do Programa Dinheiro Direto na escola**
- 05-16 Aquisição de veículos para manutenção do transporte escolar**
- 05-17 Remuneração de funcionários para manutenção do transporte escolar**
- 05-18 Pagamento de encargos sobre remuneração dos funcionários do transporte escolar**
- 05-19 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do transporte escolar**

- 05-20 Aquisição de materiais e serviços para manutenção de cursos profissionalizantes**
- 05-21 Aquisição de serviços para manutenção do transporte escolar de alunos do Ensino Médio**
- 05-22 Obras de reforma e ampliação do prédio do Centro Cultural**
- 05-23 Remuneração de funcionários para manutenção do Centro Cultural**
- 05-24 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Centro Cultural**
- 05-25 Aquisição de equipamentos para manutenção do Centro Cultural**
- 05-26 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das atividades culturais**
- 05-27 Aquisição de materiais e serviços para realização de Eventos e Festas Populares**
- 05-28 Transferência de recursos ao PASEP**
- 05-29 Aquisição de materiais e serviços para manutenção da merenda escolar**
- 05-30 Curso de formação superior para o magistério.**
- 05-31 Manutenção do Conselho de Patrimônio Histórico.**
- 05-32 Aquisição de materiais e serviços para manutenção de Programas de Aplicação de Cursos Profissionalizantes.**
- 05-33 Manutenção de Programas de Educação de Jovens e Adultos.**

06 – EXECUTIVO – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- 06-01 Aquisição de terreno, construção e reforma de casas populares na zona urbana do Município**
- 06-02 Extensão da rede elétrica na zona urbana do Município**
- 06-03 Extensão da rede elétrica na zona rural do Município**
- 06-04 Remuneração de funcionários para manutenção da limpeza pública no Município**
- 06-05 Aquisição de materiais e serviços para manutenção da limpeza pública no Município**
- 06-06 Remuneração de funcionários para manutenção do Cemitério e da Capela Mortuária**
- 06-07 Aquisição de materiais para manutenção do Cemitério e da Capela Mortuária**
- 06-08 Aquisição de serviços para manutenção da Iluminação Pública no Município**
- 06-09 Construção de parques e jardins na zona urbana do Município**
- 06-10 Remuneração de funcionários para manutenção dos parques e jardins do Município**
- 06-11 Aquisição de materiais e serviços para manutenção dos parques e jardins do Município**
- 06-12 Remuneração de funcionários para manutenção da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo**

- 06-13 Aquisição de materiais e serviços para manutenção da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo**
- 06-14 Aquisição de equipamentos para Manutenção da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo**
- 06-15 Remuneração de funcionários para manutenção do Setor de Obras e Serviços Urbanos**
- 06-16 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Setor de Obras Serviços Urbanos**
- 06-17 Aquisição de equipamentos e veículos para manutenção do Setor de Obras e Serviços Urbanos**
- 06-18 Aquisição de materiais e serviços para manutenção das estradas vicinais**
- 06-19 Calçamento de ruas na zona urbana do Município**
- 06-20 Ampliação de Cemitério Municipal.**
- 06-21 Aquisição de equipamentos para o Cemitério e Capela Mortuária Municipal.**
- 06-22 Aquisição de materiais e serviços para manutenção da Torre Repetidora de Sinais de Televisão.**
- 06-23 Aquisição de equipamentos para manutenção e ampliação da Torre Repetidora de Sinais de Televisão.**
- 06-24 Construção de Ponte Sobre o Córrego Goianá.**
- 06-25 Manutenção de Sistema de Telefonia Rural no Município.**

07 - EXECUTIVO – SERVIÇO DE SAÚDE

- 07-01 Aquisição de Equipamentos para manutenção do Posto de Saúde**
- 07-02 Remuneração de funcionários para manutenção do Setor de Assistência Médica e Odontológica**
- 07-03 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Setor de Assistência Médica e Odontológica**
- 07-04 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Fundo Municipal de Saúde**
- 07-05 Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Pé da Serra**
- 07-06 Subvenções à Santa Casa de Rio Novo**
- 07-07 Manutenção do Plano Estadual Farmacêutico Básico**
- 07-08 Remuneração de funcionários para manutenção do Setor de Vigilância Sanitária**
- 07-09 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Setor de Vigilância Sanitária**
- 07-10 Aquisição de equipamentos para manutenção do Setor de Vigilância Sanitária**
- 07-10 Remuneração de funcionários para manutenção do Canil Municipal**
- 07-11 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Canil Municipal**

- 07-12 Aquisição de equipamentos para manutenção do Canil Municipal**
- 07-13 Ampliação da rede de abastecimento de água deste Município**
- 07-14 Remuneração de funcionários para manutenção do sistema de abastecimento de água do Município**
- 07-15 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do sistema de abastecimento de água do Município**
- 07-16 Ampliação da rede coletora de esgotos na zona urbana do Município**
- 07-17 Remuneração de funcionários para manutenção da rede coletora de esgotos do Município**
- 07-18 Aquisição de materiais e serviços para manutenção da rede coletora de esgotos do Município**
- 07-19 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Programa de Educação Ambiental**
- 07-20 Ampliação do Posto de Saúde.**
- 07-21 Conclusão e ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos**
- 07-22 Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos.**
- 07-23 Captação de águas pluviais.**
- 07-24 Implantação e manutenção de reservas ambientais.**
- 07-25 Manutenção do Programa de Saúde da Família.**
- 07-26 Remuneração de funcionários para manutenção do Setor de Vigilância Epidemiológica.**
- 07-27 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Setor de Vigilância Epidemiológica.**

08 -EXECUTIVO – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

- 08-01 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Conselho e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**
- 08-02 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social**
- 08-03 Aquisição de materiais e serviços para auxílio a pessoas carentes**
- 08-04 Transferência de recursos para pessoas carentes**
- 08-05 Aquisição de serviços para manutenção do Programa de Geração de Renda a Família Carente**
- 08-06 Remuneração de funcionários para manutenção do Setor de Assistência Social**
- 08-07 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Setor de Assistência Social**
- 08-08 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social**
- 08-09 Subvenção a Entidades Sociais**
- 08-10 Pagamento de encargos sobre remuneração dos funcionários desta Prefeitura**
- 08-11 Transferência de recursos ao PASEP**
- 08-12 Pagamento de Inativos.**

09 -EXECUTIVO – SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 09-01 Remuneração de funcionários para manutenção do setor de Desenvolvimento Econômico***
- 09-02 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do setor de Desenvolvimento Econômico***
- 09-03 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Matadouro Municipal***
- 09-04 Remuneração de funcionários para manutenção do Matadouro Municipal.***
- 09-05 Aquisição de materiais e serviços para assistência aos Produtores do Município***
- 09-06 Remuneração de funcionários para manutenção das atividades da EMATER/MG no Município***
- 09-07 Transferência de recursos a EMATER/MG***
- 09-08 Subvenções a Entidades Sociais***
- 09-09 Aquisição de materiais e serviços para realização de Concurso Leiteiro e Festa do Produtor Rural***
- 09-10 Conclusão e implantação do Distrito Industrial***
- 09-11 Aquisição de materiais e serviços para manutenção do Programa de Promoção Industrial***